



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**PRESIDENTE: REIS**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública a se realizar neste ano de 2013, requerida pelo Floriano Pesaro. Essa audiência tem como objetivo o debate ao PL 227/13 que estabelece diretrizes para a política municipal de incentivo ao desenvolvimento na primeira infância e dá outras providências.

Convido para compor nossa Mesa as Sras. e os Srs.: Fábio Silvestre, representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos; professor João Augusto Figueiroa, que vai gravar uma entrevista e depois nos prestigia à Mesa, que é Presidente da Instituição Zero a Seis, que representa o Movimento Nossa São Paulo; Maria Amélia Pamb(?), da Fundação Abrinq, representante da Rede Nacional da Primeira Infância; Daniel Isler, Juiz de Direito e membro da Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado de São Paulo.

Reforçamos nosso convite ao Presidente da Comissão de Educação Vereador Reis, para participar dessa audiência pública mas ele não podia estar nesse horário. Estamos com uma série de adversidades no dia de hoje, por conta de manifestações que estão ocorrendo na região central da Cidade. Mas acho importante, de qualquer maneira, que possamos, até com um debate um pouco menor, mas aprofundado, ao mesmo tempo, avançando em cima das ideias e propostas.

Talvez não precisemos entrar em detalhes de parágrafos ou incisos, mas alguma sugestão que possamos abranger, pois estamos em fase de elaboração, pois o projeto não foi finalizado.

Aliás, do primeiro projeto original ao atual foram aceitas grande parte das sugestões dadas na primeira audiência pública.

Quero dizer que o Governo Haddad se antecipou do ponto de vista da política pública criando uma política pública municipal baseada no problema federal Brasil Carinhoso, lançando aqui o São Paulo Carinhoso, o que é ótimo para a cidade de São Paulo.

A única preocupação que tenho - e já falei para o Rogério Santili e vou pedir ao Fábio Silvestre, como missão, não minha obviamente, mas nossa - é que eles convençam o Governo, especialmente na Secretaria de Governo que é onde compete a análise dos projetos de lei que serão sancionados ou vetados pelo Prefeito Haddad. E, junto com o Figueiroa, gostaria que pudéssemos fazer os ajustes necessários - que o Governo considere necessários - para, assim, transformar a política em lei.

Transformar a política em lei é dar, não só perenidade para a política pública, mas dar também segurança na implantação do programa.

O programa São Paulo Carinhoso é ambicioso naquilo que é o maior desafio nosso: sua intersetorialidade. Ele nem é ambicioso só nas metas - também nas metas - mas é ambicioso no sentido de que se propõe a trabalhar de forma coordenada todas as secretarias em torno da criança de zero a seis anos.

Todos nós sabemos que não é fácil, afinal já fomos gestores. Fui Secretário de Assistência Social de São Paulo por quatro anos. Não é algo simples, especialmente mexer com as duas maiores corporações que são a Educação e a Saúde. Em geral, são refratários até, em certos casos.

Agora, se você tem um programa que já está, de alguma forma, testado dentro do Brasil, vem do Governo Federal, tem recursos, tem um plano e tem a vontade política, o que falta? Falta uma legislação que ampare e que dê segurança jurídica para que tudo aquilo que for sendo feito esteja devidamente amparado legalmente.

Então ninguém perde nesse processo. Todo mundo ganha. E ganha especialmente nosso público: as crianças de zero a seis anos.

Pediria aos senhores uma atenção especial, pois o projeto - na versão em que apresentaremos hoje - foi como sugestão para avaliar a possibilidade de sanção. Vai para um senhora que está lá. Aliás, entra governo e sai governo, ela está sempre sentada lá, Dra. Juni (?). Eu a conheço muito bem. Houve muito trabalho com ela também.

É que a perspectiva do Poder Executivo é sempre nesse sentido: nada que venha do Legislativo serve. Não é de Governo, mas de postura de poderes. A desconfiança é sempre enorme, esses Vereadores não sabem fazer lei. É sempre assim.

Então o Executivo quer legislar, é óbvio. Desde que o Executivo manda o projeto de lei para a Câmara, pois vem com toda a segurança jurídica de que tudo que os governos queriam estão lá. Anula o papel do Legislativo.

O que estou apelando ao Governo e a nós todos é que façamos um movimento contrário, que possamos, de fato, entender que isso é um jogo em que todos vão ganhar. O projeto tem de estar absolutamente adequado e amparando o que vem sendo feito como política pública, o original era muito extenso, muito complexo.

O próprio movimento Nossa São Paulo, Unicef e até o professor Figueiroa - agradeço a presença de nosso Juiz - recebeu críticas. Mas essas críticas também foram acolhidas. Acolher críticas é algo difícil, mas é sempre muito bom. Acolheram as críticas, reformulamos, vamos apresentar a todos brevemente e pedir, mais uma vez, o apoio de todos, de toda a rede, de todos os especialistas e, principalmente, do Governo na possibilidade de sancionar essa lei.

Vou pedir o roteiro que me foi dado. Peço para apresentar uma tabela comparativa rapidamente. Todos têm essa última versão? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Florianos Pesaro)** - Estão abertas as inscrições e qualquer pergunta direcionada a mim ou ao Fábio, ao Figueiroa, à Bamp e ao Dr. Daniel, podem por favor se manifestar e deixar seu nome.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Fizemos nossa primeira audiência pública em agosto quando recebemos a opinião das pessoas presentes e de representantes de algumas instituições. Fizemos uma reunião também no Nossa São Paulo, na Unicef, com a equipe que representa as instituições do Movimento Nossa São Paulo.

A Luzia, que é Secretária Executiva da Rede Nacional da Primeira Infância compôs a Mesa, na primeira audiência pública. À época ela estava em São Paulo e, numa conciliação de agenda, conseguiu participar. E, depois, junto com algumas instituições que compõem a rede nacional mandou um ofício com um parecer e uma análise do projeto de lei.

E o que percebemos? Olhando e incorporando, podem observar que ele até pode ser ainda mais agrupado e ficar mais enxuto.

No documento da rede nacional que foi mandado pode-se perceber que as informações vêm mesmo detalhadas. Acho que é justamente assim, para garantir o direito, pois nós também moramos num país que tudo tem de ser estabelecido por lei. Até o direito de brincar, está previsto no ECA, nas Leis de Diretrizes e Bases, nos planos nacionais.

Qual foi a mudança principal que fizemos? Incorporamos todas as sugestões. Reorganizamos o projeto de lei. Assim, fomos agrupando informações que tinham a mesma natureza.

Aconteceu de, às vezes, em mais de um artigo, apareceram informações da mesma natureza. E, quando eram informações da mesma natureza, tentamos criar um novo texto, que incorporasse as mesmas informações e, assim, fomos reduzindo na medida do possível.

Essa foi uma primeira forma. Houve outra forma de reorganizar o projeto de lei. Quando estivemos no Nossa São Paulo, algumas pessoas falavam que ele estava muito confuso de se compreender. Além de longo, estava com dificuldade de compreensão. Ele vinha assim: no artigo 4º estavam os princípios norteadores; no artigo 5º vem as diretrizes e, depois, do artigo 6º falava da gestão da Secretaria. Já do artigo 7º para a frente estava dividido por áreas do conhecimento, ou seja, Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social. No final, claro, as disposições finais e transitórias.

Então agrupamos por grandes temas. Essa foi uma mudança, tendo em vista as considerações. Assim, o projeto ficou agrupado sobre quatro grandes temas. Tem os

princípios, claro, mas reduzidos, pois foram agrupados. As diretrizes também foram reduzidas, agrupadas.

Mas, vejam, não jogamos fora nenhuma informação, redistribuímos as informações e condensou, à medida do possível, onde tinham semelhanças. O projeto ficou dividido em quatro grandes temas.

- Apresentação de vídeo.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Aqui há um quadro comparativo. Como era na proposta inicial e como ficou. Como íamos distribuir mesmo a legislação, dá para ver, aí só tem os incisos e para onde ele mudou.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Sim. Todo mundo vai receber. Nós recebemos a contribuição de todo mundo, organizamos e vamos apresentar. Isso ficará disponível no site e no e-mail que enviamos o convite, pedimos que nos devolvam com novas contribuições.

Essas análises mais minuciosas precisam de olhar mais atento também.

Consideramos a opinião pública, o parecer, isso eu já disse. Pode passar.

O projeto era composto por 16 artigos. E até se aumentou em um artigo nessa divisão, por tema. E o porquê disso vocês verão mais para a frente essas mudanças.

No Artigo 1º, estávamos focando mais na questão da palavra, falando da proteção, e no documento que recebemos falava-se da proteção, promoção e garantia. Então incluímos essas palavras para ficar mais completo o texto.

Os Artigos 2º e 3º foram mantidos iguais. Não sofreram alteração.

O Artigo 4º apresentava sete princípios. Incluímos nesse artigo duas coisas - ao ver as sugestões, observamos que faltavam. Uma delas é a inclusão de uma avaliação diagnóstica para subsidiar a formulação da política. Então, assim, o que a Prefeitura já tem de ações para a primeira infância antes de elaborar uma nova política. Às vezes, pode-se articular ações que já existem e projetos igualmente existentes, antes de fazer algo descolado deles.

Então incluímos que, primeiro, tem de ser feito um diagnóstico para entender como está a situação e, depois, formular.

Incluímos também um diálogo com as crianças. Assim, dentro desse diagnóstico frisou o diálogo com as crianças. Vamos ouvi-las, e o Poder Público deve ouvir as crianças antes de formular uma política para elas. Embora sejam crianças, têm o direito de serem ouvidas e de participarem de algo que será para o desenvolvimento delas.

O Artigo 5º - que são as diretrizes para formular - apresentava, antes 20 diretrizes. Agora, há só duas diretrizes com aquela incorporação. Então incorporou-se o Inciso VIII ao Artigo 7º, e o Inciso VII ao Artigo 8º.

É o que eu havia dito antes: movimento de agrupar, ou seja, fomos olhando as informações e vendo quais eram convergentes e fizemos uma redação só, diminuindo assim um pouco a leitura mas no sentido de ficar mais claro.

No artigo 6º - nos indicadores de gestão - criamos dois incisos. Um que prevê - veio de sugestões da sociedade - a criação de um comitê com acompanhamento e monitoramento da política do programa com representantes da sociedade civil. Ou seja, instituições que atuam com a primeira infância, redes, movimentos. A ideia é que eles componham um comitê para acompanhar essa política, junto com o Poder Público.

E também frisamos que têm de ser criadas as condições para implantação. Não basta ter um programa, se as condições não forem acompanhando essa nova proposta.

É assim: temos uma proposta nova e qual a infraestrutura que precisamos? Qual é a logística que precisamos? Qual é o RH que precisamos?

Por isso, colocamos que não basta ter um programa, mas tem de ver em que condições ele pode ou não acontecer e ser implantado.

O Artigo 7º destacava objetivos e metas específicos da Educação. Como fizemos agora? São quatro temas criados por nós

Um primeiro tema é sobre objetivos e metas - entra junto da Educação, da Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social - mais relacionados a serviços. Então o que vai ser oferecido para atingir objetivos e metas? O que será oferecido pelo Poder Público? E aí tem o agrupamento dos incisos que foram levados em consideração.

O Artigo 8º destacava, antes, metas específicas da Saúde. Colocamos, agora, a criação de um plano de comunicação. Nessa reorganização, percebemos que muitos artigos - aliás, em todos os artigos por áreas, como Saúde, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social - tinham temas de divulgação de campanha, de conscientização, de informação. Preferimos criar um artigo com esse grande tema que é criar um plano de comunicação para informar, conscientizar e divulgar os dados da primeira infância, os aprendizados, as necessidades. Afinal de contas o que se relaciona às crianças é dever de todos.

O Artigo 9º que também estava focado na Assistência e Desenvolvimento social, prevê, hoje - com a inclusão de sugestões - a criação de um plano de formação continuada. É assim: para todas as áreas, tanto para Saúde, Educação e a própria Assistência, têm de ter ações específicas para atender a primeira infância. Nas três áreas precisa ser criada - e está dentro das condições estabelecidas - um programa de formação continuada.

O Artigo 10º que estabelecia aspectos para efetivação da política, hoje dispõe de condições estruturais logísticas. Então, por exemplo, - e isso também foi observado quando analisamos que todas as áreas têm uma necessidade - há que se criar hospitais que atendam as demandas da criança, da gestante; há que se criar estruturas nas escolas para a criança poder brincar, ter um curriculum. O desenvolvimento de um currículo escolar precisa atender as necessidades dela. Principalmente, a brincadeira, que está prevista como um direito, uma política que foque os brinquedos, as brincadeiras na infraestrutura dos espaços públicos, não só dentro das escolas. Mais para a frente vocês poderão verificar.

Esse Artigo 10º hoje só prevê condições estruturais para as três áreas: Assistência, Educação e Saúde.



Depois, o Artigo 11º fala de ações de prevenção. No texto atual, colocamos a efetivação da política. Ele se mantém parecido com o anterior. Só incluímos um inciso pautado nas diretrizes que estavam ali no começo. Achamos que podia agrupar no 11º.

Aqui, vejam, falávamos antes da interessesecretaria. A grande mudança que fez também, além de agrupar por temas e áreas do cotidiano das ações da primeira infância, criamos no Artigo 12º que, agora, virou o 13º, a criação da interssetorialidade. Essa questão da interssetorialidade foi muito discutida e ainda é uma grande dificuldade em todas as políticas e não só da primeira infância.

Nós colocamos como sugestão a criação de um núcleo da primeira infância. Um núcleo para a primeira infância composto por representantes das diferentes secretarias: da Assistência, da Saúde e de outras secretarias, como Direitos Humanos, por exemplo.

Então haveria um núcleo para a primeira infância com essas pessoas agrupadas num mesmo objetivo. A ideia é que o Poder Executivo crie por meio de uma diretriz nossa. A ideia é que, ao pensarmos nisso, haja esse núcleo e as secretarias fiquem no mesmo espaço. Que não fiquem cada um no seu quadrado, só se comunicando, mas que pensem e façam juntos. É um núcleo com todos esses representantes.

E nos demais artigos falavam das disposições e do tempo.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Então o comitê gestor colocou no Artigo 6º como forma de monitoramento. Assim, tem o comitê gestor que vai ver se o programa e se a política estão sendo executados e implementados. Nesse caso pensamos mesmo num núcleo de formulação, para formular, mas podemos juntar e fazer algo de formação no núcleo.

É legal no comitê gestor - e o Brasil Carinhoso também fala - de que trata-se de um comitê para contar com a participação social das pessoas na implantação, não ser algo só do Governo. Vem mais nesse sentido de monitorar.

Então foram essas as mudanças que fizemos ao ouvir e analisar os documentos que chegaram às nossas mãos.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Em alguns momentos, parece que ele ampliou, mas não ampliou. Acrescentamos, cortando.

Temos de lembrar sempre da função do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA que tem papel importante nesse acompanhamento.

Há alguém do CMDCA aqui? (Pausa) O Fábio e a Gabriela.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - E o senhor é da SMADS? Vem para a Mesa, por favor, o representante da Secretaria de Assistência.

Pela liturgia, eu deveria passar a palavra, primeiro, ao Governo. Mas se me permitirem, passarei a palavra primeiro ao Sr. Figueiroa, depois à Dra. Amélia, depois ao Juiz e, em seguida, para o Governo. Pode ser? (Pausa)

Por favor, então, professor Figueiroa.

**O SR. JOÃO AUGUSTO FIGUEIROA** - Boa noite a todos. Obrigado, Floriano Pesaro, por esse novo convite. Estou aqui representando o Instituto Zero a Seis que é uma OSCIP voltada exatamente a essa questão da primeira infância e também a Rede Nossa São Paulo, especificamente o GT da Criança e do Adolescente, regional São Paulo.

Quero salientar que o Marco também está aqui e é da Rede e desse setor.

Primeiro, quero parabenizar o Vereador Floriano Pesaro por ter essa iniciativa e ter se preocupado e ocupado com a questão da primeira infância no Legislativo. É um exemplo.

Eu mesmo tenho enviado essas informações a vários municípios, afinal, São Paulo é uma cidade que tem significado no âmbito nacional, e mesmo internacional, e iniciativas como essa podem ser práticas exemplares para que outras localidades repliquem. Fico muito feliz que o Legislativo Municipal de São Paulo tenha se ocupado disso.

Na verdade, não seria necessário que o Legislativo se preocupasse com isso, pois existe um artigo que também é 227, por coincidência - e até verifiquei se foi escolhido pelo Vereador Floriano Pesaro - mas não, foi uma feliz coincidência.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Sr. Figueiroa, o senhor sabe que os judeus não acreditam muito nessas coincidências, mas em Deus mesmo, que nos ilumina o caminho na Terra.

**O SR. JOÃO CARLOS FIGUEIROA** - Então, existe o Artigo 227 da Constituição Federal, não seria necessária uma lei municipal, porque a Constituição Federal tem de ser seguida por todo o cidadão. Exista o ECA, a LDB, uma série de regimentos, normas e leis, enfim, que já assegurariam de per si essa questão.

Mas quero ressaltar a forma como o Floriano encaminhou isso, que foi através de consultas ativas a entidades, à Rede Nossa São Paulo, ao Instituto Zero a Seis, à Rede Nacional pela Primeira Infância. Enfim, houve uma busca ativa de influxos para essa construção. Fico muito feliz em ver como essa prática absolutamente democrática, um de direito de todos participarem, mas nem sempre isso é executado. E como essa prática resultou num aprimoramento ao longo desse processo que pessoalmente tive a felicidade de acompanhar.

A Rede Nacional Primeira Infância elaborou um plano nacional pela primeira infância e também elaborou um guia para os municípios implantarem o programa nacional. Esse programa foi aprovado no Conanda, incorporado ao plano decenal e há bases para que essas coisas ocorram no âmbito dos municípios, mas precisamos de uma lei municipal para que isso seja executado.

Quero fazer uma demanda do Governo para que haja uma convergência dos poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário -, no âmbito nacional para que a criança seja beneficiária dessa convergência e que seja evitado a todo custo, em nome da criança, já que ela não tem voz política ativa e nesse projeto ela será ouvida. Faço esse apelo para que haja

essa convergência e sinergia em prol da criança ao invés de ficarmos com confrontos, debates e disputas dos poderes, porque às vezes isso acontece.

Quero fazer alguns comentários sobre o que esse projeto, do meu ponto de vista, traz: primeiro a perspectiva de uma perenidade, da continuidade da proteção e promoção dos direitos da criança assegurados pela Constituição Federal ao longo de vários governos, passando de um programa de governo para um projeto de Estado.

Segundo, esse projeto de lei traz a questão da segurança da sua execução porque é obrigatório prever isso no orçamento. Por exemplo, neste ano de 2013, apesar de haver o programa de São Paulo Carinhosa, não está previsto no orçamento para que seja executado, mas é importante saber que as crianças existem hoje, independentes do orçamento. Falar para a criança esperar até o ano que vem porque tem orçamento, tudo bem, nós temos de entender essas questões burocráticas, mas a criança, como diz a Gabriela Mistral, o seu nome é hoje. As crianças têm necessidades hoje.

Terceiro: esse projeto de lei, do meu ponto de vista, assegura e é fundamental e também o São Paulo Carinhosa assegura isso no decreto lei do Prefeito, a intersetorialidade que é fundamental. A criança, enfim, o ser humano precede as disciplinas e essa fragmentação que é feita em todos os âmbitos, tanto nas faculdades como nos governos, somos todos fragmentados. Só que a criança não é fragmentada, ela precisa de todos esses setores integrados.

Outra questão fundamental: a fiscalização. Um programa de Estado permite a exigibilidade cidadã, que todo cidadão se coloque no papel de exigir o cumprimento da lei municipal que está também respaldada pela Constituição Federal. Esse é um avanço fantástico que nos permite cobrar o cumprimento da lei no âmbito municipal.

Por fim, a questão da universalidade assegurada nesse projeto de lei, ou seja, todas as crianças têm os seus direitos garantidos, promovidos e defendidos, porque a população da primeira infância é a mais vulnerável do ponto de vista das faixas etárias. E

dentro dessa população vulnerável temos populações ainda mais vulneráveis. Por exemplo, a primeira infância pobre, miserável, em situação de rua, São Paulo tem perto de 15 mil moradores de rua.

Também as crianças negras e indígenas. Temos várias populações indígenas na cidade de São Paulo em situações dramáticas, por exemplo, as crianças morrem de verminose porque os não indígenas levam os filhotes de cachorros, pois sabem que os índios não matam os cães. Então fica uma população de cães aumentando exponencialmente e transmitindo verminoses. As crianças indígenas não tem acesso aos equipamentos de saúde ou tem dificuldade, enfim, são questões que não fazemos nem ideia.

Por último, a integralidade. Até fizemos a crítica de que esse projeto de lei era excessivamente detalhado. O Vereador Floriano pensou em tudo, e até achamos que ele pensou em tudo demais, porque nesse detalhamento o projeto eventualmente permitiria algumas lacunas, que a lei não fosse cumprida de tão detalhado que estava. O trabalho de aglutinação que a equipe do Vereador Floriano realizou contemplou aquilo que a Rede Nacional Primeira Infância e Rede São Paulo tinham proposto.

Fico muito feliz com esse avanço e espero que haja essa convergência do Legislativo, Executivo e Judiciário em prol da primeira infância na cidade de São Paulo e que este avanço possa servir como um exemplo para outras cidades. Temos de fazer justiça, outros estados e cidades do Brasil fizeram avanços significativos de longa duração.

Podemos também nos espelhar, por exemplo, no PIM do Rio Grande do Sul, o Mãe Coruja em Pernambuco, o Programa de Alfabetização na Idade Certa no Ceará, enfim, há várias iniciativas consistentes de longa duração mostrando resultados significativos de melhoria das condições da primeira infância no Brasil.

Nós que estamos nesse esforço há muitos anos temos a convicção de que uma sociedade mais justa, mais equânime, menos violenta, mais cidadã tem suas bases

efetivamente no período compreendido entre a pré-concepção e o final do sexto ano de vida.

Temos de agradecer a iniciativa do Vereador e de sua equipe.

Parabenizar também a iniciativa do nosso Prefeito de ter se mobilizado numa direção convergente e agora vamos torcer por sua execução e, como cidadãos, independente do Legislativo, vamos fiscalizar, acompanhar para que essas coisas todas de fato sejam executadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Muito obrigado, Professor João Augusto Figueiró, Presidente do Instituto Zero a Seis e representando o Movimento Nossa São Paulo.

Mais uma vez faço um destaque especial ao Presidente da minha Comissão, da qual tenho a honra de ser Vice-Presidente, o Vereador Reis que é revelação nesta legislatura, um Vereador excepcional, um ganho para a Casa e que preside a Comissão de Educação com absoluta maestria.

Tem a palavra a Sra. Amélia Bampi, da Fundação Abrinq, representando a Rede Nacional Primeira Infância. Agradeço a Rede Nacional Primeira Infância por tudo que sugeriu e contribuiu com o projeto, o que demonstra o respeito ao Legislativo paulistano.

**A SRA. AMÉLIA BAMPI** - Muito obrigada, Vereador Floriano Pesaro, é uma alegria muito grande estar aqui, quero cumprimentar a Mesa na pessoa de V.Exa., meu amigo Figueiró, o Juiz e o representante do Governo, companheiros presentes, estou representando três organizações, a Fundação Abrinq, que nasce junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente e que trabalha com essa causa há 23 anos, uma fundação que trabalha no Brasil todo defendendo os direitos integrais de crianças e adolescentes.

A Rede Nacional Primeira Infância hoje é composta por 140 organizações da sociedade civil, governos, secretarias, fundações que estão buscando a proteção de crianças e a garantia de direitos. O Figueiró já mencionou a questão do plano nacional da primeira infância que hoje é uma lei e estamos trabalhando com os municípios no desenvolvimento

desse plano para que possamos garantir, na lei municipal, que a criança tenha o atendimento integral em todas as áreas de seu desenvolvimento pleno.

Também represento com muito orgulho o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Comitê São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nossa contribuição enquanto Rede Nacional Primeira Infância foi formada por um GT das organizações aqui de São Paulo: a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Ato Cidadão, a Fundação Abrinq e Ipa Brasil. Ficamos muito felizes porque as contribuições que a Rede trouxe diante das 13 ações finalísticas estão contempladas nesse PL.

Sentimos-nos também felizes por podermos ter contribuído com a cidade de São Paulo, com as nossas crianças de forma a assegurar um direito que está na Constituição há tanto tempo e que tanto é violado em todas as áreas, seja na Educação, Assistência, Saúde, seja na área do desenvolvimento pleno das nossas crianças.

Vemos barbáries que nos deixam perplexos num primeiro momento e num segundo momento a busca de todas as instituições da sociedade civil de São Paulo para que seja cumprido o direito à vida, o primeiro direito. E à vida com dignidade, não é qualquer tipo de vida e como tão bem o Figueiró falou de Gabriela Mistral que traz a questão: o nome da criança é hoje. Se vamos fazer políticas para as crianças no amanhã serão outras crianças, as de hoje perderão esse direito.

Então ficamos felizes por estarmos aqui com uma plateia tão qualificada e com um projeto tão detalhado. Como o Figueiró também disse, agora a sociedade civil organizada precisa monitorar essas metas para que elas não sejam mais um documento entre tantos documentos não efetivados.

Sou Coordenadora da área de Educação da Fundação Abrinq e na área da Educação temos milhões de documentos. Temos uma lei de diretrizes e bases, um PNE que completa 10 anos e nenhuma meta foi cumprida. Há várias outras legislações que acabam

sendo mais um papel que guardamos em nossas gavetas. Que esse PL seja efetivamente uma transformação da sociedade em prol das nossas crianças.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Florian Pesaro)** - Agradeço a Amélia. Tem a palavra o Dr. Daniel Issler, Juiz de Direito e membro da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo. Dizer ao Dr. Daniel que trabalhamos muitos anos com o Dr. Reinaldo Cintra Torres, que hoje está no Conselho Nacional de Justiça, é o Juiz da Vara da Lapa.

O Dr. Reinaldo foi uma peça chave no trabalho que fizemos na SMADS em relação à crianças em situação de rua. Promovemos estratégias para tirar as crianças da rua, principalmente as que estavam fazendo malabares, vendendo balas, exploradas no trabalho infantil, sexualmente e assim por diante. Esse trabalho visava basicamente à inclusão da criança e sua família em programas.

Há uma questão também interessante, não do campo social, mas do campo econômico, que é o chamado custo de oportunidade. Muitas vezes na cabeça das pessoas que são racionais, o custo de oportunidade é o que se tem de valor na atividade que se está praticando. Se esse valor de trabalho infantil ou qualquer atividade correlata for maior do que a aderência a alguma política pública, a criança vai continuar na rua. Isso serve para ela e para sua família que segue o mesmo raciocínio, a mesma lógica.

Nosso grande desafio foi justamente apresentar um pacote de produtos e serviços públicos governamentais e não governamentais na cidade de São Paulo, da rede de proteção social, em que as famílias e mesmo as crianças entendessem que aquilo era muito melhor do que ficar na rua ou, de alguma forma, sofrer algum tipo de exploração, mas para isso foi preciso se utilizar de um expediente pouco valorizado nas políticas universais de Saúde e Educação: o expediente da equidade que é a base para dizer que são pessoas diferentes e terão um tratamento diferente. Essas aqui vão ser prioritárias porque estão numa situação de risco maior.



Isso fez com que conseguíssemos complementar um trabalho priorizando para além das fronteiras da universalidade, a Educação é para todos, tem de estar disponível para todos, mas alguns não vão. Cadê a busca ativa como diz o Professor Figueiró? É esse o desafio. Tem de haver equipes especiais para tratar as pessoas que estão em situação de risco de forma diferente.

O Governo agora tomou uma medida que estou de pleno acordo, a ideia de à priori selecionar através dos cadastros do Bolsa Família e outros mecanismos de seleção, aqueles que se encontram na pobreza extrema e priorizar vagas em creche. A proposta do Secretário Callegari é oferecer 20%. Quer dizer, 20% das novas vagas de creche em São Paulo seriam destinadas às pessoas que já estão no cadastro da extrema pobreza.

Tudo isso para chegar ao Juiz. Há outro problema também, em que pese avançarmos muito na transparência do cadastro que foi colocado na internet justamente para ampliar o controle social - há pessoas dizendo que estão com dificuldade em achar -, mas fundamental que o cadastro, a lista de demanda por creche seja pública, de fato, para haver o controle social.

Há uma grande reclamação de que a Justiça passa à frente crianças que estão numa situação x de risco social, mas que, dentro da política pública, se encaixam no princípio da universalidade. Sendo assim, embora todos tenham esse direito, algumas crianças passam à frente de outras na lista, a pedido de juízes, justamente para cumprir o princípio da universalidade, que acaba não sendo para todos dessa forma.

Espero ter sido claro sobre tudo isso, porque no fundo todos nós queremos a mesma coisa, que é o atendimento integral às crianças de zero a seis anos.

Obrigado.

**O SR. DANIEL** - Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, na pessoa do Vereador Floriano Pesaro. Agradeço o convite que me foi feito para a

Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça. Represento o Desembargador Antônio Carlos Malheiros, Coordenador da Infância e Juventude.

Tenho a maior alegria de poder participar dessas discussões sobre o projeto, que está muito detalhado, bem cuidado, porque isso é extremamente importante. Sabemos que não é a lei propriamente dita que leva sozinha os direitos à criança ou ao adolescente. Muito mais do que isso, é preciso que toda a sociedade, todo o Estado esteja apto a executar os comandos que a lei nos traz.

E a lei é o primeiro passo. Certamente esse projeto contribuirá para que o Poder Público, a sociedade, prestem mais atenção na primeira infância, uma fase especial da vida da criança, peculiar, por isso as crianças precisam dar essa atenção que elas merecem.

Se a criança e o adolescente têm prioridade absoluta, como diz o artigo 227 da Constituição, é justo dizer que a primeira infância tem mais ainda. O que se faz ou que deixa de se fazer para a criança na primeira infância gera consequências para o resto da vida.

Trabalho com o Dr. Reinaldo Cintra há muitos anos na Coordenadoria da Infância e Juventude e trabalhei com ele no Conselho Nacional de Justiça, e cuido da Vara que cuida da parte infracional, ou seja, os adolescentes que praticam atos infracionais. Então, só para dimensionar a importância de priorizar a primeira infância, recebemos diariamente adolescentes que praticam tráfico de drogas, assaltos, homicídios e outros atos graves; e, muitas vezes, acontece de pedir ao adolescente assinar seu nome e descobrimos que ele não aprendeu a ler e escrever.

Será que é por acaso que eles entram nessa condição de aviãozinho do tráfico? Pode ser, alguns fatores podem influir nisso, mas não tenho dúvida de que a falta de educação foi um fator preponderante para o destino desses jovens.

É muito triste presenciar adolescente, até adultos, que não sabem ler e escrever. E neste projeto pude identificar algumas coisas importantíssimas. Uma delas é a paternidade responsável, porque acho que começa de casa. A paternidade irresponsável é uma grande

causa de violação de direitos de crianças de todas as idades, principalmente da terceira infância: o abandono, abrigamento, etc.

Outra coisa importante no projeto é a atenção especial ao vínculo familiar entre crianças e seus familiares que estão abrigados. Isso também já está no Estatuto, mas nunca é demais lembrarmos e batermos na mesma tecla.

Também é importante a questão da nutrição na primeira idade, porque a desnutrição é uma grande causa de falta de desenvolvimento intelectual da criança.

Esses são alguns aspectos que merecem ser lembrados sempre. E se temos pouco recurso para investir, temos que investir bem; e a primeira infância é uma prioridade a investir, na educação infantil.

A respeito da questão das vagas em creches, não sei se consigo responder porque o cobertor é curto, então o que podemos fazer? É uma situação muito drástica. E as mães terem condições de deixar os filhos na creche para trabalhar faz muita diferença para as famílias.

Em Guarulhos houve uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Prefeitura de Guarulhos objetivando a concessão de vagas de creches, a Prefeitura foi compelida a prover tantas vagas de creche quanto as necessárias às crianças que precisassem. Julguei essa ação procedente, houve recursos, foi até o Supremo Tribunal Federal, mas a decisão foi mantida no sentido de que a Prefeitura tinha a obrigação de prover vagas de creches a todas as crianças necessitadas.

Obviamente que não havia vagas, o déficit de vagas é histórico e, embora estejam fazendo muita coisa ao longo dos últimos anos para melhorar isso, ainda existe esse déficit.

A solução que se deu da sentença dessa ação civil pública foi criar um plano de metas anual, um número mínimo de criação de vagas que a Prefeitura tinha que criar, até que fosse zerado o déficit. Enquanto isso, criou-se uma lista de espera pública, através da internet, para que todas as pessoas pudessem se inscrever e aguardar a sua vez, com uma exceção: a

possibilidade de haver a requisição de vagas pela Vara da Infância e Juventude em caso de necessidade comprovada diante da situação de risco daquela criança e adolescente, para evitar eventualmente, por exemplo, um acolhimento institucional.

Então, essas foram as exceções, que eu nunca gostei de levar a efeito porque acho que, em primeiro lugar, vale o princípio da igualdade. Mas, para evitar um mal maior, em estado de necessidade, criou-se essa exceção, que não me parece despropositada, mas que há de ser vista como uma exceção também, porque senão todos vão querer entrar com processo na Vara da Infância e Juventude para conseguir vaga. E não podemos subverter o princípio da igualdade dessa forma. O mesmo é válido para ações de tratamento de saúde, medicamentos.

Acho que o Judiciário não deve atribuir mais do que o poder público seja capaz de dar, de acordo com os parâmetros da política nacional, estadual ou municipal, enfim.

Estou à disposição da Câmara Municipal, junto com a Coordenadoria da Infância e Juventude, para trabalhar no que for necessário para aprovar um projeto tão importante como esse mais rapidamente possível e com a melhor redação possível.

Em nome do Desembargador Malheiros, agradeço o convite e nos colocamos como parceiro desse projeto e de outros que possam versar benefício às nossas crianças e adolescentes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Muito obrigado, Dr. Daniel. Agradeço ao Dr. Malheiros, um grande parceiro do Dr. Reinaldo, que vem seguindo a política na cidade há tantos anos. Essa questão da lista de creche é muito relevante, porque as pessoas nos pedem vagas em creche, como parlamentares, ainda numa cultura clientelista. Não conseguimos vaga em creche e fico imaginando a cabeça de um juiz quando tem de resolver um processo sabendo que uma pessoa vai passar à frente das outras e a lista vai andar para trás.

Tem a palavra o Sr. Fábio Silvestre, parceiro da Secretaria de Direitos Humanos.

**O SR. FÁBIO SILVESTRE** - Boa noite a todos, Vereador, Amália, Daniel, Figueiró (?); companheira de CMDCA, Gabriela; Marco, do Ato Cidadão; e a minha querida Marina, de quem até perguntei hoje.

O Secretário esteve na primeira audiência, então, talvez, tenhamos pouca coisa a acrescentar do que já foi discutido. Ele está empenhado, vou levar as informações a ele.

Entendo que esse projeto é em benefício das crianças e dos adolescentes, que é prioridade na gestão do Prefeito Haddad, não só pela pauta da primeira infância, com o lançamento do programa São Paulo Carinhoso; mas, com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, temos a criação da primeira Coordenação de Políticas para Infância e Adolescência da cidade de São Paulo, com a missão de fazer a articulação governamental para a garantia e efetivação das políticas voltadas à criança e adolescente.

Já temos sido cobrados, e é bom que se mantenha esse monitoramento pela Nossa São Paulo, através do GT de criança, que não pude comparecer; pela Fundação Abrinc, pelo Prefeito Amigo da Criança; pelo UNICEF, com as plataformas urbanas, todas elas com a intenção de acompanhar os indicadores do envolvimento dessa política.

Portanto, recebemos esse convite com alegria, porque a Secretaria quer participar desse debate sobre essa matéria da primeira infância. Parabéns à iniciativa do Vereador, cujo trabalho já conhecemos, pois já estive na Assistência Social desenvolvendo um trabalho. E até lamentamos a sua saída da Secretaria porque, depois disso, a Cidade deu uma parada. Dessa forma, fazemos força para que a Secretária Luciana Temer continue esse projeto de implantação do SUAS na cidade de São Paulo, que é fundamental, sobretudo, pela sua política.

Também falar do empenho dos Vereadores desta Casa na discussão de pautas de direitos humanos, uma das matérias bem pacíficas nesta Casa por não considerar as bandeiras partidárias. Então, a importância de entender essa matéria da primeira infância também como uma questão de assegurar os direitos humanos da criança e do adolescente, nessa

perspectiva de direitos humanos, e aqui temos visto uma discussão bem qualificada sem bandeira partidária, e sim as bandeiras dos direitos humanos.

Estamos bastante satisfeitos com os debates que têm sido feitos nessa perspectiva, sobretudo por uma Cidade que não tem uma agenda assegurada de direitos humanos. São Paulo tem todos os seus complicadores.

Assumi a Coordenação há pouco tempo e, embora recém-criada, ela já vem com uma quantidade significativa de desafios e trabalhos. O tempo da gestão é diferente da criança, então é preciso priorizar algumas coisas: primeiro, a articulação das políticas nas Secretarias existentes e pensando nisso a partir do Plano de Metas apresentando.

Outro desafio é trabalhar o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, assegurar os direitos sociais dos Conselheiros através de um projeto apresentado nesta Casa que assegura o retroativo, ou seja, desde que a lei federal foi aprovada, os Conselhos Tutelares terão seus direitos assegurados de maneira retroativa, como 13º salário, férias, etc. Por isso, gostaríamos muito que esse PL fosse sancionado pelo Prefeito no dia 18 de novembro, Dia do Conselheiro Tutelar. E o Conselheiro Tutelar é zelador dos direitos da criança e do adolescente.

Dentro do Conselho Tutelar, estamos trazendo a coordenação política do debate do Conselho Tutelar e também a estruturação para o funcionamento de equipagens, que hoje se encontra na Coordenação de Subprefeituras. Então vamos receber no dia 18 veículos do Governo Federal para assegurar que o Conselho Tutelar tenha uma estrutura para funcionar como São Paulo merece. Essas são as primeiras ações da Coordenação para assegurar os direitos da criança e do adolescente.

Outra prioridade é o combate à exploração sexual de criança e adolescente. Temos importantes programas na Cidade que combate essa violência, e nesta Casa tem uma CPI presidida pelo Vereador Laércio Benko e pela Vereadora Patrícia Bezerra que temos acompanhado e que já constatou que temos problema em várias regiões, mas o enfrentamento do ponto de vista da política ainda é muito tímido porque reúne um conjunto de esforços não só

do Governo Municipal, mas precisa também uma articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Governo do Estado, talvez a Polícia Federal, quer dizer, tem aí um conjunto de esforços e nós queremos fazer esse enfrentamento na cidade de São Paulo.

Outro citado também como prioridade da coordenação é a questão da criança em situação de rua, nos cortiços e enfrentar o trabalho infantil. Não são poucos os desafios. Vimos a apresentação sobre cortiços e a necessidade de ter uma política voltada a essa criança.

Por fim, dividindo com a Primeira-dama Ana Estela, a primeira infância. Ela é coordenada pela Ana Estela Haddad. Isso dá uma força importante porque todos os GTs foram assegurando a presença dos secretários, as ações já constam no orçamento, isso para nós é muito importante.

Nós também lamentamos não ver no orçamento refletido a primeira infância como prioridade de ter os direitos assegurados e a nossa luta será fazer valer isso. Também tem de ficar claro quais são as opções políticas dos gestores. Neste caso, nós também lamentamos.

Na última audiência nós ouvimos a importância de ouvir as crianças para a construção do programa, da política, etc. Acho que também é hora do Legislativo incorporar nas suas ações um jeito de escutar as crianças, talvez em audiência, sobretudo em um PL que diz respeito a elas. Até imaginei que depois daquela audiência que tinha essa recomendação que foi incorporada, tivesse tido já uma rodada com as crianças. Mas como ainda não finalizou, ainda é tempo.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Vocês precisam me ajudar porque eu não tenho a menor ideia de como fazer isso.

**O SR. FÁBIO SILVESTRE** - - É por isso que eu trouxe o nome da Anaiana aqui.

Estou dizendo mais como uma estratégia da Câmara. Tem assunto que diz respeito à criança, como é que a gente cria algum momento em que ela possa ser ouvida já que isso vem em força de lei ao Executivo? Podia nem ser em força de lei porque a gente tem feito isso.

Realizamos, no dia 10 de outubro, um diálogo pelo direito de brincar. Foi muito interessante poder ouvir as coisas maravilhosas que as crianças têm a ofertar que, com certeza, cabem na formulação das políticas pelo Poder Executivo. Essa é uma estratégia que vamos usar, por isso falei da Anaiana, porque estamos dialogando uma proposta para que o Executivo tenha incorporado a voz da criança na formulação das suas políticas.

Como estou usando dois chapéus, eu tenho tanto a função de fazer a coordenação da Coordenação de Políticas de Crianças e Adolescentes, como também estou Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do CMDCA, só queria reafirmar o que o Vereador já disse o papel do Conselho Municipal como quem elabora e também monitora a efetivação das políticas voltadas às crianças e adolescentes. É importante o reconhecimento do papel desse colegiado, como têm sido reconhecidos os Fóruns, a Rede Nossa São Paulo e outros que deram contribuições.

É mérito essa iniciativa. A gente volta com o dever de levar esse pedido de sinergia porque para nós também é importante já que São Paulo quer participar dos espaços públicos, quer ter ações concretas para assegurar o direito da primeira infância não só no que diz respeito à saúde, educação, assistência social, mas também nos espaços públicos. Temos sempre uma compreensão estranha da perspectiva da participação de crianças. Quando pensamos espaço público, sempre pensamos em uma São Paulo que deve ocupar rua.

A gente nunca pensa em criança porque na nossa cabeça o lugar de criança e adolescente tem sempre de estar em alguma instituição, na família, na casa, no CCA, etc. Precisamos retomar a participação da criança com direito à Cidade, de poder retomar as ruas de lazer, de dizer que a Cidade pode ser um lugar agradável para morar, inclusive como estratégia de enfrentamento da violência, pensando que política de segurança não se faz só com repressão. Quer dizer, ter essa perspectiva nas crianças de uma política de segurança que considere essas coisas.



Já falamos da importância do Vereador ter considerado o que está previsto na política nacional da primeira infância, acho que também foi considerado no São Paulo Carinhosa, sobretudo nos objetivos de atenção, que acaba tendo como consequência os próximos anos da vida da criança, como disse o juiz, e como isso é importante.

A gente refletia também, quando eu atuava com medidas sócio-educativas, que ele tem todas as negações. Ele nasce para o Estado quando ele é sentenciado em alguma medida sócio-educativa e a parte ruim é que só o adolescente é que recebe a sentença de alguém que também falhou com ele, que também deveria ter sido sentenciado junto. Eu fico satisfeito de ouvir um juiz que tem entendimento do Estatuto, porque até pouco tempo atrás isso não era uma realidade na cidade de São Paulo.

Pelo tamanho da cidade de São Paulo estamos falando de quase um milhão de crianças na faixa etária de zero a seis anos. Não vou me repetir com relação ao déficit nas creches, que foi muito bem colocado pelo Vereador. O que precisamos é um esforço suplementar. Nesse caso não deve ser só uma ação do Governo Municipal, mas ele tem de ter a capacidade de articular esforços tanto do Governo do Estado como do Governo Federal para viabilizar a construção dessas creches. Já há um bom reforço do Tribunal de Justiça, que fez audiência e estabeleceu algumas metas, para que a gente consiga minimamente dar conta da meta para as creches até 2020, sabendo que nos próximos anos isso será revertido.

É muito importante fazer a leitura de que essa vaga em creche acontece também por conta da melhoria geral da condição de vida das pessoas que têm mais oferta. Estamos falando aqui também da autonomia financeira das mulheres, mas também assegurar a perspectiva de que a creche é um direito da criança ainda que considerada a autonomia financeira das mulheres que tem sido ampliada e tem sido muito importante na construção da sociedade brasileira.

Acho que tudo já foi dito, não é mesmo Vereador?

Uma das coisas que dizíamos, na primeira manifestação da Secretaria - inclusive, por escrito, para a Dra. Juni - era exatamente a complexidade da temática e como ela estava refletida na lei, buscando os maiores detalhes, mas que já foram considerados e ouvidos.

Essa temática vem de maneira mais enxuta e tendo a clareza dos papéis. Também quando se traz a história da fiscalização, essa Casa não vai se abster uma vez que é a missão dela fazer o controle e a fiscalização governamentais. Nesse sentido, o Poder Executivo é sempre muito cuidado e visado do ponto de vista da fiscalização, ora pelos colegiados, ora pelo Ministério Público, ora por essa Casa. Quer dizer, isso está sempre presente.

Dissemos antes que, lá havia uma perspectiva - no primeiro texto - de fazer uma cobertura ampla e de assegurar tudo que o Artigo 227 e as demais legislações já tinham assegurado. Com essa alteração, agora, fica factível. Isso também é muito interessante de ver, que a audiência pública não serve para nada, ela serve para incorporar aquelas críticas realizadas. Acho que, nesse caso, cumpriu a missão da primeira.

Por fim acho que assegurar os direitos das crianças que estamos pensando, ou seja, nessa faixa etária, de zero a seis, é fundamental para que possam ser crianças hoje, como mencionou o Figueiroa, mas que também possam viver suas vidas, como merecem, e para construir um futuro com dignidade. Está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas temos visto uma série de violações.

No momento é isso. Eu tinha a missão de mostrar um pouco o que é a Coordenação, mas, também Vereador, de reafirmar o compromisso do nosso Secretário Rogério Sotili com essa matéria do direito humano de criança e adolescente. Então colocamos a Secretaria à disposição. O Secretário já está à disposição e eu parabênizo, mais uma vez, pela iniciativa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Florian Pesaro)** - Nós que agradecemos à Comissão de Educação.

Economizarei um pouco os comentários para podermos avançar. Gabriela, você gostaria de falar um pouco sobre a assistência? Não? (Pausa)

**A SRA. GABRIELA** - O fato é que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, junto com outras Secretarias também têm olhares prioritários para as questões da primeira infância.

É importante agradecer a iniciativa de V.Exa., Vereador, bem como a todos que estão presentes aqui. É uma iniciativa extremamente relevante e que, de fato, visa garantir legalmente alguns direitos no âmbito municipal. Estão até garantidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas uma legislação, um arcabouço jurídico é sempre muito bem vindo.

Acho muito interessante que o projeto de lei traz questões não só do ponto de vista jurídico, mas do ponto de efetivar as políticas. Traz também algumas questões importantes sobre como trabalhamos a intersectorialidade, o legado ainda, algo que todo mundo precisa aprender a fazer, seja propondo comitê gestor, seja propondo comitê de fiscalização.

De fato o programa primeira infância municipal que foi lançado, o São Paulo Carinhoso pensa num comitê gestor - a SMADS faz parte desse comitê - a bem de trabalhar políticas integradas para a primeira infância. Então há ações de acolhimento da criança e do adolescente; ações de prevenção e atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, com o foco para a primeira infância. São alguns programas que a SMADS pretende desenvolver, e já está desenvolvendo nessa gestão.

Basicamente faremos nossa lição de casa: levar o projeto de lei para analisar, não só na SMADS, mas também no CMDCA que é um fórum relevante das discussões das políticas de criança e adolescente.

E, com certeza, trabalhar junto com o Poder Legislativo, visto que também não só o Poder Executivo precisa se integrar, mas todos os poderes precisam se integrar para que consigamos executar políticas de qualidade.

Por isso, acho extremamente bacana ter à Mesa juízes, Vereadores, Governo e sociedade civil que, de fato, se não trabalharem de maneira integrada, não teremos efetividade nas políticas.

Agradeço o convite mais uma vez. Quero dizer que a SMADS está à disposição e para trabalhar conjuntamente com o Poder Judiciário, Legislativo e sociedade civil nessa questão da primeira infância que é tão importante. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Gabriela, nós é que agradecemos. Sucesso. Toda sorte do mundo.

Em relação ao CMDCA cometi uma gafe. Disse que só estava aqui o Presidente do CMDCA, mas você também está nos prestigiando.

Quero dizer ao CMDCA que podem contar com a Bancada do PSDB, em que pese sermos Oposição nessa Casa, quando está o interesse público não rateamos em nenhum momento no sentido de estar junto com as políticas de Governo. E, por interesse público, tenham certeza que estaremos juntos na aprovação desse projeto de lei.

Não sei se têm os 18, precisamos procurar o Presidente José Américo para conversar com ele, ou mesmo o Vereador Reis. Eu ajudo, não tenha dúvidas disso.

Vamos, rapidamente, passar a palavra para as pessoas que estão conosco até essa hora, resistindo bravamente. Wesley Nascimento e Silva, por favor.

**O SR. WESLEY NASCIMENTO E SILVA** - Boa noite, sou Wesley, sou Presidente do Conseg - Conselho Comunitário de Segurança da Cidade Dutra, na zona Sul e gostaria de fazer algumas perguntas para o nobre Vereador Florianio Pesaro.

Gostaria de saber quais as principais críticas que o nobre Vereador têm à atual gestão nas áreas de Esporte, Educação e, especificamente, no que tange às crianças, que é o tema dessa audiência pública. É isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Florianio Pesaro)** - Obrigado, Wesley.

Sra. Meire Leida Farah(?), por favor. Responderemos tudo junto ao final.

**A SRA. MEIRE** - Boa noite a todos. Meu nome é Meire, sou Coordenadora Pedagógica do Externato Galvão Pereira, estou falando em nome da nossa mantenedora, Dona Del. Temos um espaço educacional e hoje poderíamos estar atendendo de 140 a 200 crianças e poderíamos estar fazendo parte de todo esse processo.

Pelo que pude perceber não há número de vagas suficientes, como poderíamos colaborar com esse projeto?

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Vocês são conveniadas?

**R** - Não.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Muito bem. Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Suzana, do Gabinete do Presidente da Comissão, Vereador Reis.

**A SRA. SUZANA** - Apesar de representar o Vereador Reis não vou falar como representante dele, porque antes de ser do gabinete sou, há 29 anos, Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de São Paulo e trabalhei na Educação Infantil ao longo da minha vida profissional.

Como Coordenadora e gestora vivo esse impasse da demanda versus ordem judicial, porque temos uma lista de matrículas que não vem organizada, sistematizada da forma como ela é. Como sou muito atrevida defendi que não para muitos Vereadores porque vem a cartinha e eu dizia não, porque a escola tem uma organização interna, temos uma lista. E acho que da forma como essa lista se organiza atualmente ela tende a uma demanda, e muitas vezes temos de desobedecer a essa lista para atender as ordens judiciais. Entendo porque temos crianças em situação de risco e temos de atender essa criança em situação vulnerável.

Quero dizer que, como temos algum tempo de experiência, ouvimos coisas que já aconteceram no passado. Quando foi apresentado o projeto de lei - aproveito para parabenizar

- há um artigo que propõe ouvir as crianças e a minha colega da Educação Infantil bateu palmas.

Em 1989 - acho que por isso ele é o patrono da Educação - o Professor Paulo Freire ouviu as crianças. Ele foi o primeiro Secretário de Educação que ao discutir o currículo no Município de São Paulo transformou-o num documento cor de rosa e verde. Eu tenho esse documento porque a minha memória afetiva por aquela gestão é muito grande. E nós ouvimos as crianças da Educação Infantil sobre o que elas queriam nas escolas.

Também, na gestão da Prefeita Marta, tivemos os orçamentos participativos - a OP Criança - em que também ouvimos as crianças quanto ao orçamento municipal. Recordar é viver. E fiz parte também do Governo do Prefeito Emídio, também do PT, em Osasco, em que além de termos as conferências municipais tínhamos também conferências municipais lúdicas. Todas as crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental eram ouvidas. Ao mesmo tempo em que havia a conferência municipal para os educadores havia a conferência lúdica.

Então não é a primeira vez e é muito importante ouvir as crianças. Já tivemos experiências nesse sentido. Quem sabe a gente volte a dar voz a quem de fato tem o direito de ser ouvido nesse momento.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Florian Pesaro)** - Obrigado. Essas conferências lúdicas também estão sendo realizadas em São Paulo. Realizamos junto com o CMDCA três conferências lúdicas a cada dois anos. Acho importante preparar essa formatação de escutar porque não são jovens, são crianças. E como conduzimos isso.

Estive na primeira conferência lúdica quando assumi a Secretaria e havia alguns adversários recentes da eleição de 2004. Estávamos no início de 2005 e foi no Anhembi. Estavam presentes mil e duzentas crianças. Claro, grande parte delas levadas por organizações não governamentais. Quando foi anunciado o Secretário e entrei no plenário

fiquei sendo vaiado por meia hora. Isso sim é uma coisa lúdica porque precisamos abstrair tudo.

Acho que tem de preparar direito, ter uma formatação para isso. É uma dúvida que não sei como apresentar, por isso temos de fazer juntos. Inclusive, se for esse o caminho, fazer junto com a Comissão de Educação e vou pedir sua ajuda.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Tem a palavra a Sra. Marcelina Conceição, Ciça. Você coloca aqui que é munícipe, todos nós somos, mas além de munícipe você é Professora de Educação Infantil no Itaim Paulista. Estou preocupado porque são 21h15 e você vai sair daqui para o Itaim Paulista.

**A SRA. MARCELINA CONCEIÇÃO** - Mas eu não poderia deixar de falar. Sou Professora de CEI direta da Prefeitura e quero levantar que não participei da primeira audiência pública e quero levantar algumas questões que gostaria de pensar junto.

Quando falamos em vaga, e aí quero falar com o Juiz, a sala de aula do CEI já vem com um número estipulado de crianças e temos de atender essa demanda que vem da ordem judicial. Quando era Assistência Social a vaga era feita na forma de uma lista, hoje tem uma sequência.

Então queria pensar como é que podemos atender essas crianças de alguma forma que também não se tire o direito daquelas outras crianças que estão na lista de demanda. Digo isso porque onde moro temos perto de 94 mil crianças. Se formos pensar há mais crianças do que em muitas cidades do interior que tem toda a estrutura para atender essa demanda.

Então quando pensamos nesse número de crianças fora da escola fico muito preocupada, porque onde moro a cada semáforo encontro três, quatro crianças. Precisamos pensar junto com o Governo alguma maneira de aumentarmos esse número de CEIs conveniadas, porque a construção eu entendo que é cara, mas que pensássemos uma

maneira de também contemplarmos essas crianças. Precisamos pensar como vamos deixar todos dentro da sala de aula.

Esse é um direito garantido pela Constituição e esse projeto de lei só vai vingar se colocarmos ele como prioridade, porque temos uma lei chamada aprendendo com saúde, em que o médico trabalharia com a criança dentro do CEI e não temos isso.

Eu fui preparada para ser uma professora de CEI, mas não fui preparada para trabalhar com alunos cegos, altistas e com um monte problemas que eles vêm. Gostaria que a lei garantisse também esse preparo para o professor, porque isso é da primeira infância. Precisamos ter esse preparo porque essas crianças estão dentro da sala de aula e muitas vezes o professor não está preparado para trabalhar com aquelas deficiências. Digo isso porque tenho 24 alunos e oito deficientes na sala, inclusive, um cego.

Então gostaria muito que pensássemos numa maneira de garantir a vaga, de trabalhar e gostaria de falar para o Professor Figueiró. Quando o senhor diz que temos as crianças índias que têm problemas com vermes, também tenho na minha população negra as crianças com anemia falciforme, que lá na minha comunidade não sabemos identificar e precisamos criar uma política voltada para isso.

Essas doenças existem, muitos médicos chegam lá para trabalhar e não vão saber o que é uma criança ter sarna. Eles não vão conhecer, vão achar que é uma alergia ou qualquer coisa e lá onde estou a criança tem porque dorme com cachorro que vive na rua.

Essa lei é de extrema importância e quero parabenizar o Vereador Floriano, mas quero que você também faça essa audiência pública dentro de um CEU. E que você chamasse os professores para conversar sobre essa lei que é de extrema importância para todos nós que trabalhamos direto com as crianças. Professores de EMEI e CEI que trabalham com a primeira infância, gostaria muito que você pensasse numa maneira de chamar essas pessoas para conversar e contribuir. Nós que estamos lá na ponta conseguimos falar do problema porque vivenciamos.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Florianos Pesaro)** - Ciça, você é um orgulho para nós pela sua luta e trabalho no Itaim Paulista.

Tem a palavra a Sra. Adriana Awada, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Hoje às 9h abrimos um seminário de paralisia cerebral nesta mesma sala e você estava aqui. Então você também está aqui há 12 horas conosco. Muito obrigado.

**A SRA. ADRIANA AWADA** - Sou do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, atendo a pasta de Saúde e Educação que é super pesada. Fora isso sou Presidente do Instituto Canguru, que é uma Oscip voltada para pacientes com erros inatos do metabolismo e doenças raras e sou mãe de uma criança que tem uma síndrome genética rara, a síndrome de Angelman.

Li hoje de manhã e uma coisa que verifiquei é que não identifiquei nada voltado para criança com deficiência de zero a seis anos.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ADRIANA AWADA** - Basicamente. Em Brasília - eu faço parte - foi criado um GT do Ministério da Saúde com as diretrizes para uma lei que já deve estar sendo aprovada, deve ser implantada agora em março, de atenção básica às doenças raras. O que posso dizer dessa lei é que a União vai disponibilizar a verba e o município vai implementar o programa.

Então o município vai ter de enfrentar a situação de pegar oito mil doenças raras e vai ter de dar um jeito de cuidar dessas oito mil doenças raras, com diagnóstico, tratamento, terapia, medicamento, com tudo.

Vejam bem, judicialização vai ser direto, medicamentos de alto custo, que às vezes custam cem mil reais por mês, vinte e cinco mil reais por cada infusão. Já começa por aí, como Advogada entro com processos todas as semanas, com dietas especiais, medicamentos especiais. É uma briga constante na Vara da Fazenda.

Verifiquei uma falta, hoje de manhã vimos a Dra. Alessandra e outros falando que do zero aos seis anos é um momento importantíssimo para a criança, porque ali você vai diagnosticar as deficiências e se não forem cuidadas naquele momento lá na frente já vai ser tarde demais. Temos a questão da plasticidade do cérebro e se a criança não for estimulada acabou.

Crianças que têm doenças metabólicas, às vezes na primeira mamada, a criança que tem intolerância à proteína entra em coma, porque ela não pode tomar nada de proteína. Tenho casos de crianças com três dias de vida que na primeira mamada entraram em coma e tenho um caso de um menino que tem deficiência intelectual severa.

O meu filho tem uma deficiência intelectual severa também, só que acho que temos de ter um cuidado para ver isso, porque do zero aos seis anos é quando conseguimos parar o desenvolvimento de uma doença. É quando conseguimos identificar e vemos que aquela criança que tem a deficiência e que a deficiência já foi instalada, ela vai ter de ser estimulada.

E não vemos por aí parquinhos públicos de diversão com aquele balanço que é adaptado para cadeira de rodas. Criança de cinco anos numa cadeira de rodas quer brincar na gangorra, no parquinho de diversão.

Uma coisa que é importantíssima, uma mãe que precisa trocar um menino de seis anos num banheiro que seja aquele chamado banheiro familiar, porque ela não pode entrar no banheiro de homem e as outras mães ficam incomodadas, porque uma pessoa de 15 anos com paralisia cerebral é a mesma coisa que ter três anos, só que as outras pessoas não querem ter aquele rapaz de 15 anos ali no mesmo toailete que elas. Então tem de ser feito esse trabalho também.

Na parte de Saúde é inegável que é importante. Na parte de Educação, não vou nem mencionar a questão da Educação Inclusiva porque essa é uma coisa que me irrita profundamente, mas precisamos de escolas especializadas porque nem todo mundo pode ser incluído. Nem todo mundo vai poder ser alfabetizado. Você, por exemplo, tem a filha com

síndrome de down que é uma gracinha, mas o meu filho não fala e não pode frequentar. Só que não tem. Uma fila de espera na ABADS, antiga Pestalozzi, está para três anos e meio. É muito tempo, não tem condições.

Na questão de Assistência Social, quando você tem um filho com uma deficiência, que teve uma anóxia, uma hipóxia, o filho fica doente, o pai e a mãe ficam mais doentes ainda. Enlouquecem. Acaba com a família. Se formos ver os dados, a separação é iminente. Eu me enquadrado nesse. Quando veio o diagnóstico do meu filho o casamento acabou.

Graças a Deus tive instrução, tive educação, o apoio da família, sempre trabalhei, então para mim já foi tarde. Pode ir embora, tudo bem, mas tem gente que não. Faço um trabalho com mães em Guarapiranga, aquelas mães em situação super carente, que elas continuam com aquele marido, apanham, e a criança nasce com paralisia cerebral de tanto ser espancada durante a gravidez porque o marido era usuário de drogas - chegou doidão e chutou a barriga da mãe. E ela não se separa porque ruim com ele, pior sem ele. Então eu gostaria de ver nesse projeto de lei uma certa atenção à criança com deficiência, não importa o motivo - paralisia cerebral eventual, síndrome genética, ou qualquer que seja o tema. O futuro da família depende do que vai acontecer do 0 ao 6.

Estou à disposição. Gostaria muito ser convidada para trabalhar. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência está aqui para isso, para dar esse suporte, porque nem todo mundo é obrigado a saber, e esse mundo da deficiência é uma coisa muito louca. Então estamos à disposição. Por favor, podem me convidar, que estarei sempre aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Florian Pesaro)** - Ótimo. Muito obrigado, Adriana.

Tem a palavra o Sr. Márcio Figueiredo.

**O SR. MÁRCIO FIGUEIREDO** - Apenas alguns detalhes.

Eu sei as dificuldades. Meu filho também tem essas necessidades - a questão dele é neurológica. E para muitas coisas eu tenho que entrar na justiça também. Mas a gente aprende o caminho meio que sozinho e já vai correndo atrás, pulando, às vezes, o sistema de

garantia de direitos. Isso é um grande problema. Pela experiência que temos com a militância pela causa da infância, conseguimos até escrever o texto, a peça, até entrega para o promotor, corta um caminho, mas, na verdade, é porque na nossa vida a gente vai aprendendo essas coisas, a fazer um trabalho. Mas a grande maioria das pessoas não tem, e, pelo sistema de garantia de direitos, logicamente tem muitos problemas para chegar ao ponto em que a justiça possa ajudar. O Fábio tem esse compromisso da sinergia, que é muito bom. E fortalecer o CMDCA, os conselhos, todo o sistema de garantia de direitos é fundamental, não só para o projeto de lei, mas para ser pensado como política permanente para o estado em qualquer esfera.

Não tem um programa chamado Cefai? Ou com agente escolar, que tem que ajudar? Se você tem tantas crianças com necessidades, a educação tem que suprir. Pelo menos tem o programa.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. MÁRCIO FIGUEIREDO** - Ah, tá. Então é uma questão de recurso e de reestruturação da educação. Tá, então tudo bem.

Na questão da demanda, esse é o problema bem interessante. Hoje, o cadastro, viu, Juiz, eu sei que o senhor atua em Guarulhos, e eu não sei como funciona lá. Mas em São Paulo você tem uma lista de demanda, e algumas famílias conseguem ingressar com ação judicial e passam na frente na lista. O problema é que o critério para entrar na justiça - e é um outro grande problema que a gente tem com o conselheiro tutelar, muitas vezes - é o conselheiro dizer qual é a condição para a família entrar com a ação judicial. Quer dizer, não é um papel do conselheiro, que é um intermediário para chegar à justiça, ou pelo menos era. Nessa nova legislatura parece que existe muito empenho em melhorar o treinamento, a preparação do conselheiro tutelar.

Mas, de qualquer forma, o critério não é social, Vereador. Não existe nenhuma análise social para saber quem é que pode ou não passar na frente na fila. O critério é

vinculado ao mundo do trabalho. Quem pode comprovar está trabalhando de forma registrada. Isso é o pior. Quem trabalha na informalidade tem muito mais necessidade de deixar criança em creche, depende muito mais, e não consegue ingressar com processo judicial. Então você tem uma lista de demanda, que é falha, já quando a ação judicial sobrepõe, fura essa fila, e ela é injusta, permitindo que só uma parte da sociedade possa ingressar com ação judicial.

No nosso trabalho de militância pela causa, nós conseguimos, para algumas famílias, explicar o caminho das pedras. Ela não consegue, via vara da infância, ou pelo conselho tutelar, ou pelo sistema de garantia de direitos. A gente fala: tem que estar às cinco horas da manhã na Liberdade e entrar direto no Ministério Público com ação, porque é a única forma de fazer valer o seu direito. Então é uma coisa muito complicada. A família, mesmo tendo necessidade, não consegue ingressar.

Outro grande problema na educação é que a gente fala tanto em criança de 0 a 6, e fala tanto em creche, creche e creche, e existe um grande outro problema, que é a EMEI em período parcial. Nós temos uma EMEI que atende meio período.

A creche, por exemplo, este ano, em São Paulo, não trabalha janeiro, fevereiro, julho, que são férias, dezembro para, e tivemos a greve de um mês e meio no período de maio. Ficamos quase cinco meses e meio sem creche no ano.

Na região da zona Noroeste nós fizemos um levantamento com as 12 creches para identificar a repercussão de uma greve de 45 dias. Numa coisa tão limitada, num espaço tão limitado de alguma militância, fazendo pesquisa meio atabalhoada, mas você identifica pelo menos 35 casos de mulheres que perderam o emprego. Quem mais sofre com a falta de creche é a mulher, que fica cerceada de desempenhar o seu papel, com todo o direito que teria para desempenhar esse papel na sociedade. Quem mais sofre com perda de espaço para poder se desenvolver, estudar, trabalhar, assim por diante, é a mulher, que fica cuidando da criança. Existem casos em que o pai fica com a criança, mas são raros. Na grande maioria, quem mais sofre com esse tipo de situação é a mulher. E a EMEI atende período parcial. Então

como é que você faz com a criança de 4 a 6 anos? Você pode resolver a lista de demanda da creche de 0 a 3, e, depois dos 4, meio período, alguém vai ter que parar de trabalhar na família. Ou vai deixar a criança com quem? Aí entra o grande absurdo, o grande problema: boa parte do trabalho infantil que a gente vê na rua de criança de pequena são crianças que estão trabalhando para pagar o seu cuidado. Olha que impressionante. A família não tem condições de pagar pelo cuidado da criança. E quem fica com a criança a usa para poder pagar o seu próprio cuidado. Então é um absurdo que gera outro absurdo. Então a alternativa para a família de baixa renda, principalmente, que não tem um filho na creche, ou tem só metade do dia o filho na EMEI, é sempre a pior possível; nunca é adequada para a criança. Então um projeto de lei tem que ter como prioridade o atendimento da criança na sua plenitude. Se é de 0 a 6 é de 0 a 6. Temos que ter atendimento integral para a criança também na EMEI.

Por fim, para encerrar, quero parabenizar a Mesa, o Vereador, o Fábio, que está representando o Governo, por essa condição explícita de que haverá uma sinergia, tanto no Legislativo, sem a bandeira ideológica, ou com a presença dos Vereadores trabalhando pela causa da infância, e o Executivo também mantendo e tendo essa preocupação. Ou seja, com todos trabalhando, eu tenho certeza de que esse compromisso de que existe sinergia para se chegar a algum ponto já nos deixa muito feliz, porque sabemos que não estamos sozinhos. E a sociedade vai contribuir com toda e qualquer manifestação que venha no sentido da causa pela infância.

Obrigado. Boa noite.

**A SRA. MAYANA** - Boa noite. Eu sou a Mayana, sou membro da Rede na Sala, primeira infância, e consultora na área da primeira infância, com projetos de educação.

Tem se falado muito da questão da participação das crianças, e eu acho que é extremamente louvável o início que o Paulo Freire deu nesse trajeto, nesse caminhar. Também pude participar da coordenação do Orçamento Participativo Criança.

A única reflexão que eu faço é que quando a gente fala de participação das crianças, é muito importante a gente compreender o mundo daquela criança. E a gente compreende muito através da observação. Quando eu consigo observar e compreender o nome daquela criança, eu consigo pensar as melhores estratégias, que não é o nosso modelo de adulto. A gente tem que tomar muito cuidado para não transpor o nosso modelo de participação de adulto para a criança, porque ela tem o mundo próprio dela, se relaciona com o mundo e aprende brincando. Então fazer assembleias, plenárias, é o nosso modelo de participação. Fazer instâncias de votação, colocar as crianças num formato como esse é o nosso modelo do nosso mundo. O nosso grande desafio é compreender o mundo dessa criança, para a gente pensar em estratégias lúdicas de escuta dessa criança. E por a gente não ser criança, a gente tem outras visões, outras perspectivas, outros olhares. E justamente a importância de a gente incluir a voz da criança. Não é porque somos adultos que o nosso é superior, porque os nossos conhecimentos são diferentes. Essa é a mudança de olhar que a gente tem que ter. Os conhecimentos são diferentes. E a criança tem competência, tem conhecimento para falar sobre os assuntos que lhe dizem respeito. E no diferente a gente se complementa. Então como que o adulto complementar o olhar da criança e como que a criança complementa o olhar do adulto. É você trabalhar desde a criança com o adulto e desde o adulto com a criança.

Uma coisa muito importante é pensar não só na escuta da criança na elaboração da gestão de todos os espaços de equipamentos públicos - escola, postos de saúde, CRAS -, mas também na concepção da elaboração dos projetos arquitetônicos. Aí eu faço um paralelo com os arquitetos: o arquiteto não usa sempre o seu cliente para elaborar o seu projeto? Porque os gestores não ouvem os seus grandes clientes, os seus grandes usuários, que é a sociedade, e a criança aí incluída? Porque só o fato de escutar o usuário minimiza uma série de problemas e recursos que a gente fica mutuamente gastando. Se eu escutei, eu vou fazer um espaço público mais apropriado para aquela realidade, para aquela cultura local, de acordo

com os interesses da população, seja na concepção do espaço físico, seja na elaboração da gestão de um espaço, ou na elaboração de um currículo de uma escola. É extremamente ouvir todos os setores. E, principalmente, se vamos pensar numa política pública voltada para a primeira infância, vamos ouvir as crianças.

Acabei de finalizar um projeto de escuta com a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. Vamos lançar dois vídeos sobre o projeto - um que é só sobre a fala das crianças, para mostrar a competência que elas têm, e outro é um passo a passo explicando o projeto. Esse vídeo vai ser lançado agora em dezembro, e eu posso disponibilizá-lo depois.

Estou à disposição para avançarmos na discussão de como, de fato, efetivar essa participação das crianças.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. INDIRA** - Boa noite. Quero parabenizar a Mesa, pela participação, pela presença e pela dedicação à primeira infância. Senti-me muito contemplada.

Como o senhor já falou, sou membro do Fórum Paulista de Educação Infantil. Também faço parte da campanha; integro o comitê São Paulo da campanha, e sou professora da rede há cinco anos. Por isso a minha fala é tanto como participante do fórum quanto como professora.

Uma pergunta é com relação ao prazo para encaminhamento de propostas, porque o fórum também tem propostas para contribuir. Eu não tive acesso, não estava sabendo dessa nova versão, então gostaria de saber até quando podemos encaminhar essas propostas.

Eu sou do Fórum Paulista, mas estou próxima do Fórum Municipal de Educação Infantil, e elas pediram para justificar a ausência. Não puderam estar presentes, mas eu estou meio que representando elas também, do Fórum Municipal. E tanto o Fórum Paulista quanto o Fórum Municipal podem contribuir com essa metodologia de participação dessas crianças, que a gente também tem algum acúmulo. Fiquei muito interessada na pesquisa que você comentou.



Queria destacar que ficamos muito satisfeitos com a primeira versão do projeto, feliz de ver que está contemplada a inclusão das crianças de 0 a 6 anos como primeira infância, porque a gente teve alteração da lei, quanto à idade em que as crianças vão para a educação infantil. E a gente considera que foi uma perda as crianças de 0 a 6 anos saírem da educação infantil e ir para o fundamental. Então é preciso incluir isso, ter esse cuidado. Não tirar os seis anos, porque elas são crianças, sim, pertencem à primeira infância, mas não estão mais na educação infantil, já estão no fundamental. Então precisava incluir isso no texto.

Outra coisa que eu também achei muito importante é com relação ao parto humanizado, que vocês têm essa preocupação. A ampliação da responsabilidade paterna, que também uma necessidade que a gente vê, porque o foco é sempre na mãe. Vocês colocam a importância de o pai também estar envolvido nisso. E essa questão tão forte agora, que é a questão do parto humanizado, das doulas e tudo o mais. Fiquei feliz de ver que está contemplado no plano também.

Com relação ao atendimento da demanda, eu só queria tomar cuidado com duas questões.

O primeiro deles é que quando a gente pensa em atender essa demanda, que a gente sabe das questões. A lista é enorme em São Paulo. A gente sabe das crianças em situações de vulnerabilidade, que precisam ser atendidas com prioridade, mas a gente não pode esquecer também de garantir o direito daquelas crianças que já tiveram o acesso, que já estão na escola. Elas têm o direito de ter uma educação de qualidade. Como que nós conseguimos garantir essa qualidade tendo que atender 35 crianças - em situações normais, entre aspas -, e até 40. E estou falando de três, quatro, cinco anos. Eu sou de EMEI, mas sei que a situação no CEI é muito pior, porque tem os agrupamentos, que são duas turmas numa sala só para atender a demanda. Então estamos atendendo a demanda, mas a custo de quê? As crianças que estão lá estão sendo atendidas com qualidade? O seu direito está sendo respeitado? Então eu gostaria que isso fosse considerado pelos juízes, políticos e tudo o mais.

Outra questão com relação à demanda: priorização da rede direta, porque não é à toa que muitas conveniadas estão sendo fechadas. A gente sabe que a qualidade é inferior. Eu não estou generalizando. Eu conheço conveniadas que merecem respeito, mas a gente sabe que o convênio deveria ser uma ação paliativa e não uma política de governo. Então o ideal e o mais correto é evitar os convênios.

E para terminar, queria lembrar que o acesso à educação infantil é da criança e não da mãe trabalhadora. Então pensar primeiro na criança, e na qualidade oferecida à criança, e não na mãe trabalhadora.

Obrigada.

**O SR. FIGUEIRÓ** - Eu quero fazer alguns comentários, alguns convites e algumas ofertas, aproveitando a presença do Judiciário, do Executivo e do Legislativo nesta mesa, o que é uma oportunidade bastante infrequente.

Primeiro, dizer que defendemos o direito integral e universal. Portanto, a todas as crianças. Então, juiz Daniel, eu queria fazer um comentário, que às vezes nós esquecemos isso.

O art. 227 da Constituição Federal começa dizendo que é dever da família, da sociedade e do estado assegurar uma série de direitos, entre eles o direito à educação. Então se nós não temos 100% das crianças exigindo esse direito é porque há omissão do estado na reivindicação do direito às crianças, que é dever do estado, há omissão da sociedade e há omissão da maioria das famílias, às vezes até por ignorância, de que isso é um direito.

Então se o Artigo 227 da Constituição Federal fosse seguido à risca, todas as crianças que estão fora de creches deveriam, pelo Estado, pela sociedade - quando a família é omissa -, exigir esse direito.

Tive oportunidade de ouvir de uma pessoa do Ministério da Educação, no Governo atual, que: “Se a Dilma cumprisse a meta de 6 mil creches - promessa logo na sua posse -

demoraríamos 24 anos de governos sucessivos, com a mesma velocidade de 6 mil creches a cada quatro anos, para ter assegurado esse direito às nossas crianças.

Como esta conta não fecha, ou pelo menos, não fecha para a criança que existe hoje, o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento demandou do Instituto Zero a Seis que desenvolvêssemos soluções alternativas para algo que, na realidade, apesar de ser um direito, não é passível de ser atendido.

Esse problema não existe só no Brasil. Existe na maioria dos países, principalmente, em países pobres e em desenvolvimento.

Aqui vai a primeira oferta que é o seguinte: desenvolvemos, numa parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma série de soluções alternativas, não para educação infantil, mas para que as crianças tenham assegurado o direito e as oportunidades de um melhor desenvolvimento diante do nada. Entre nada e talvez o ideal da creche, é possível fazer algo? É possível.

Eu, pessoalmente, inclino-me a achar que a creche não é para todas as crianças a melhor solução. Meus netos, por exemplo, entraram numa das escolas de educação infantil - talvez considerada uma das melhores escolas do País - que não admite crianças com menos de três anos por que a diretora da escola acha que esse não é o melhor lugar para crianças nessa faixa etária.

Então questionar isso, ou seja, se esse direito é algo benéfico para todas as crianças.

Outro ponto que gostaria de chamar à atenção é o seguinte: da população de vulneráveis, neste momento, elegemos duas populações mais - a mais vulnerável dos vulneráveis - para trabalhar.

Primeira: crianças, filhos de moradores de ruas dependentes químicos. Iniciamos esse trabalho aqui na Câmara, de uma forma suprapartidária - a partir do escritório do

Vereador Ricardo Young - e agora estamos evoluindo para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Então fica, aqui, um convite: a Secretaria Municipal de Direitos Humanos participe dessa ação nessa Comissão de Direitos Humanos na Câmara.

Segunda população que consideramos de mais alta vulnerabilidade é a de crianças com deficiência nessa faixa etária, de zero a 6 anos. Além de ser de maior vulnerabilidade, é uma oportunidade de beneficiar, de maneira mais relevante as crianças quanto mais cedo começarmos em alguns processos de reabilitação e educação.

Então, fica outro convite: no dia 6 de dezembro, na OAB, aqui de São Paulo, às 9h30 da manhã, organizamos junto com o Banco Mundial, com a própria OAB e com a Unicef, um seminário para tratar da questão das crianças com deficiência.

Sigo a afirmação do Ghandi de que violência é tudo aquilo que impede e dificulta o pleno desenvolvimento do ser. Quando você, então, o Estado, a sociedade ou a família, omite aquilo necessário para o pleno desenvolvimento possível de cada ser, tendo ou não deficiência, você está violentando essas crianças. No meu entender, é uma violência ativa.

Juiz Daniel, nós trabalhamos, temos essa interface com o Malheiros, com o Reinaldo. O Reinaldo nos fez uma demanda no último encontro que tivemos aqui na Câmara no sentido de que elaborássemos um documento esclarecedor para os juízes da relação que existe entre primeira infância e criminalidade.

Esse documento foi elaborado. Está sendo encaminhado ao Reinaldo Cintra, junto com uma tese de um profissional do Instituto Zero a Seis sobre essa relação. Segue, inclusive, um livro sobre esse tema.

Infelizmente, o dia em que nós marcamos a entrega desses documentos foi o dia do falecimento do pai do Reinaldo e a reunião teve de ser suspensa.

Mas chamo à atenção de todos - não sei se é de conhecimento geral - que há uma área dentro da Justiça intitulada neuroética, a qual questiona o seguinte: é justo condenar,

punir alguém ao qual foram suprimidas as condições do desenvolvimento pleno, incluindo a saúde social? É justo fazer isso. Essa é uma questão.

A outra oferta que gostaria de fazer é a seguinte: desenvolvemos, com o Banco Mundial, um projeto de mapeamento das Práticas de Excelência pela Primeira Infância ou Práticas Exemplares.

Esse projeto foi apresentado no CMDCA no período anterior. Foi aprovado. Passamos três anos aguardando a liberação de recursos para executá-lo no Município de São Paulo. Passou o tempo, expirou o prazo de três anos. São três anos? (Pausa) Dois anos. Expirou esse prazo.

Reapresentamos o projeto agora nesse novo edital. Ele foi, em parte, fomentado por nós no sentido de esse edital existisse no CMDCA contemplando a primeira infância. Fizemos esse trabalho junto com a Agda, que era Presidente do CMDCA, e, felizmente, saiu o edital.

Estamos aguardando, agora, pois, curiosamente, nossa proposta de mapear as práticas, mais especificamente o que São Paulo faz, ainda não foi aprovado. Ficou naquele grupo que está no “limbo” da aprovação.

Acho que é algo importantíssimo de ser feito. Fica essa oferta também.

Em relação à escuta, nobre Vereador, que V.Exa. se preocupou, tenho de contar que temos um núcleo de excelência pela primeira infância na Universidade de São Paulo, o qual está dentro do núcleo de direitos. O Silvestre esteve lá conosco. Foi uma proposta do Instituto Zero a Seis ao Reitor da Universidade. Esse núcleo existe.

E a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo desenvolveu - Ana Lefèvre e Fernando Lefèvre - um instituto de pesquisa do discurso do sujeito coletivo. Esse instituto desenvolveu várias metodologias de escuta.

Também fica aí mais uma oferta, já que é um órgão público que pode se articular com outro órgão público no sentido de aproveitar a metodologia desenvolvida.

Desejo salientar algo que me surpreendeu sobremaneira que foi o pronunciamento do Juiz Daniel em relação à relevância da função paterna.

Temos defendido, Juiz, essa tese de que o maior problema da transgressão legal, ética e moral no Brasil deve-se à fragilidade da função paterna. Entendendo-se função paterna não o pai biológico, nem o pai adotivo, ou a figura masculina. Entenda-se aí a função paterna como: o Judiciário, a escola, o Governo, as figuras representativas da interdição do limite, da ordem, do segmento e da obediência às regras e às leis.

Enfim, essa figura, no Brasil - a função paterna - não existe. Podemos dizer que o Brasil não tem pai para exercer essa função. O resultado é esse que temos aí: parabéns por você ter tido esse tipo de pensamento.

Quero ainda chamar a atenção de vocês para algo e, assim, mostrar a dramaticidade da cidade de São Paulo em relação às crianças da primeira infância.

Nós, na Rede São Paulo, recebemos muitas pessoas. Uma delas apresentou um programa maravilhoso que ela executa. Muitas mães levam os filhos para esse programa.

Ela nos questionou assim: “Você sabe porque as mães levam as crianças para o meu programa? E ele é um programa bom”. Eu disse: “Não”. E ela acrescentou: “Não é por causa do programa. É que essas crianças que vão ao meu programa moram em casas que têm 9 metros quadrados, em média, onde moram de 4 a 7 pessoas não há lugar para engatinhar. Então as mães levam as crianças no programa porque lá tem um espaço físico onde a criança consegue engatinhar”.

Propus que criássemos nos espaços das favelas, no caso, um engatinhodrómo, como se fosse uma caixa dessas de bocha, um espaço enfim, onde as crianças pudessem ter a oportunidade não saltar uma fase do desenvolvimento físico e motor que é fundamental na neuroconstrução.

Então vamos pensar que dentro da cidade de São Paulo há crianças que não têm um lugar onde possam exercitar o engatinhar. Considero isso algo de extrema dramaticidade.

São essas as minhas considerações. Espero encontrá-los tanto no grupo que estamos trabalhando, na Câmara, na Comissão de Direitos Humanos em relação às crianças filhas de dependentes químicos em situação de rua, bem como na OAB para tratar das questões da criança na primeira infância com deficiência e vítimas de violências, por exemplo, quando a pessoa não tem o direito a encontrar um lugar onde ela possa desenvolver-se adequadamente, apesar, ou com a sua deficiência. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Obrigado Professor Figueiroa. Se precisarmos enviar sugestões ao projeto, em qualquer momento - enquanto aguardamos a sanção e isso vai levar um tempo, talvez não consigamos aprovar o projeto esse ano ainda; é provável, mas acho difícil - podem encaminhá-las ao nosso gabinete ou mesmo para a Comissão de Educação e, assim, vamos sistematizando.

O intuito é deixá-lo redondo no que diz respeito ao atendimento das demandas e, ao mesmo tempo, à decisão política do Governo em realizar o programa.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro)** - Brevemente, mas por favor. Temos de encerrar. Nossa audiência tinha o prazo das 7h às 9h. E já são dez horas. Estamos uma hora além do tempo.

Quero agradecer e reconhecer validade dessa experiência. Terminando agradecendo ao Juiz, ao Governo, aos Srs. Figueiroa e Fábio Silvestre, bem como a todos vocês.

Gostaria de lembrar apenas um fato. Quando assumi a Secretaria de Assistência, em 2005, as creches já estavam com a Educação. Mesmo assim, fui convidado para conhecer uma creche que havia sido instalada no Governo da Marta, que era a creche no Parque do Gato. Era uma creche que foi financiada pelo Santander.

Fui lá conhecê-la e, na ocasião, disseram: “Olha que maravilha, veja esse piso especial, essa iluminação, os brinquedos lúdicos, veja isso etc”. Eu perguntei: “Bacana, mas

quantas crianças estudam aqui?”. E a resposta foi: “Sessenta”. Eu repliquei: “Preciso de uma dessas para 60 mil”.

O desafio do Poder Público é conseguir essa qualidade com a universalidade. E não é fácil. Se não, já teríamos feito. Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

---